

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL – PORTARIA SUSEP Nº 7070

12 de abril de 2018 (INÍCIO: 10:00h – TÉRMINO: 12:00h)

PARTICIPANTES:

- Ícaro Leite (Diretor da SUSEP/DISOL)
- Roberto Seabra (Coordenador/Analista da SUSEP/DISOL/CGMOP/COPRA)
- Sérgio Mendes (Analista da SUSEP/SEGER/COGET)
- André Batista (Analista da SUSEP/DISOL/CGFIP)
- Leonardo Nassif (Analista da SUSEP/DICON/CGCOM)
- Luiz Fernando Pillar (Representante da PF-Susep)
- Júlio César Pinto (Representante do Ministério da Fazenda)
- Ernesto Costa (Representante do Ministério da Fazenda)
- João Francisco da Costa (Representante da FenSeg)
- Márcio Coriolano (Representante da CNseg)
- Alexandre Leal (Representante da CNseg)
- José Ismar Torres (Representante da Seguradora Líder)
- Robert Bittar (Representante da Funenseg)
- Bernardo Vieira (Representante da Senacon)

1. O Diretor da SUSEP/DISOL solicitou que os participantes apresentassem as suas propostas, conforme indicado na última reunião.
2. O representante da Seguradora Líder apresentou a sua proposta (conforme consta em anexo), destacando que se tratam de ações mais estruturantes e de cunho estratégico, que já refletem alguns pontos apontados pela consultoria contratada pela Seguradora Líder para propor melhorias ao processo atual, mas que o trabalho ainda não foi concluído e que oportunamente ainda serão apresentadas outras sugestões. Observou que a importância segurada deveria ser revista (morte e invalidez permanente: R\$ 25.000,00, e DAMS: R\$ 5.000,00; calculadas através da atualização dos valores desde a sua definição inicial, há 11 anos atrás) e regulamentada pelo Poder Legislativo, para evitar eventuais questionamentos jurídicos, e com previsão de reajuste pelo IPCA. Houve questionamento sobre se isso não caracterizaria uma indexação indireta, haja vista que a indenização impacta no valor da tarifa.
3. Como forma de estimular otimização da gestão, destacou-se a proposta de substituição da remuneração atual (2% da tarifa) por um modelo em que as consorciadas ficariam com 50% do lucro da operação, com a tarifa definida por estudo atuarial contratado pela Seguradora Líder. O analista da SUSEP/COPRA indicou que esse cenário representaria um modelo de pagamento obrigatório, monopolizado pela

Líder, com tarifa definida pelo monopólio e reversão de metade do lucro obtido com base nessa tarifa determinada pelo monopólio para as próprias consorciadas; e que se esse modelo estivesse em vigor atualmente, as consorciadas teriam, com a anuência da Susep e do CNSP, um lucro de R\$ 2 bilhões (no mínimo, considerando-se que o cálculo da tarifa fosse igual ao valor definido pelo CNSP; sem considerar que, historicamente, a Seguradora Líder propõe valores tarifários superiores aos aprovados pelo regulador), mesmo em um cenário de fraudes, CPI, denúncias contra administradores – o que seria totalmente contrário ao posicionamento da Susep. O representante do Ministério da Fazenda afirmou que o modelo proposto não é factível, que a tarifa deve ser calculada pelo órgão regulador, haja vista não ser um modelo concorrencial, e que os recursos destinados para pagamento de sinistros não podem ser utilizados para outro fim, ou seja, o eventual superávit da parte de sinistros não pode ser revertido em lucro; e propôs a avaliação de um modelo em que fosse definido um orçamento que abrangesse lucro, despesas administrativas e despesas com regulação, no qual a margem de resultado do Consórcio se daria em função da diferença entre o valor orçado e o valor efetivamente realizado. O analista da SUSEP/COPRA explicou que essa possibilidade chegou a ser discutida internamente pela área técnica da Susep, mas que, em um primeiro momento foi descartada, pois poderia gerar um efeito inverso: corte de despesas a qualquer custo, gerando falta de qualidade. O representante do Ministério da Fazenda indicou que para esse modelo funcionar, realmente seria necessário haver instrumentos de controle mais eficientes.

4. Em relação à proposta de destinação do superávit atual do IBNR, foi questionado se não haveria duplicidade de recursos, haja vista que algumas despesas abrangidas pelas propostas deveriam estar no âmbito do DENATRAN. O representante do Ministério da Fazenda reforçou, novamente, que entende que os valores do IBNR devem ser destinados exclusivamente ao pagamento de sinistros; apesar de alertar que, por vezes, os recursos destinados ao DENATRAN são contingenciados.
5. Após as discussões sobre o modelo apresentado pela Seguradora Líder, o analista da SUSEP/COPRA apresentou os conceitos básicos das possibilidades de modelos indicadas pela Susep, destacando que o ponto principal da discussão teria que ser a definição da essência da operação. No entendimento da área técnica da Susep, sem adentrar na caracterização jurídica da atividade, trata-se de uma operação cuja essência é pública. Nos seguros privados, fiscalizados pela Susep, o direito ao seguro está condicionado à sua efetiva contratação. Além disso, um dos requisitos básicos dos seguros privados é a existência de uma seguradora que assume risco de seguro. No DPVAT, o risco de seguro é da sociedade, especificamente do proprietário do veículo. O seguro não é condicionado a uma efetiva contratação e não há uma seguradora que assume risco de seguro. A Seguradora Líder atua como uma administradora e não como uma seguradora. Ainda que possa ser considerado como um seguro, a essência da operação não é de seguro privado, mas de seguro social.
6. O representante da CNseg discordou desse posicionamento e indicou que já existe jurisprudência firmada sobre a natureza jurídica privada dessa operação, e que inclusive o TCU considera tal operação com sendo de natureza privada. O Diretor da SUSEP/DISOL indicou que o que está sendo proposto é que seja analisada a gênese da operação, e o conflito entre a natureza jurídica e a essência da operação.
7. O analista da SUSEP/COPRA concordou que há um conflito entre forma e essência e indicou que a definição clara da essência é fundamental para que se possa definir os demais passos. As possibilidades indicadas pela Susep consideraram que a essência do

modelo atual é pública e, portanto, se não houvesse interesse do mercado em operar em livre concorrência, a proposta da Susep era que a operação fosse estruturada sob os conceitos de uma operação pública. O representante do Ministério da Fazenda mostrou preocupação com a possibilidade de haver um fundo público, e o representante da Susep indicou que, no entendimento da área técnica, a proposta de considerar a operação como sendo de natureza pública não estava condicionada à existência de um fundo público; pelo contrário, a Susep entende que a operação poderia ser administrada por um ente privado sob a égide dos conceitos aplicáveis às operações de natureza pública – como ocorre, por exemplo, nas concessões públicas.

8. O representante da CNseg indicou que partiu da premissa de que se deveria avaliar a possibilidade menos traumática sob a ótica das alterações legislativas e que, portanto, avaliar alterações no modelo atual é o caminho mais objetivo e produtivo. E ratificou seu entendimento de que se trata de uma operação de natureza privada e que não se pode confundir o seguro DPVAT com a Seguradora Líder. O analista da SUSEP/COPRA indicou que se for para tratar a operação como seguro privado, o mais adequado seria aplicar os conceitos de seguros privados à operação (assunção de risco por parte da seguradora, livre concorrência, direito condicionado à efetiva contratação, etc.), pois não seria coerente manter um controle de natureza privada a uma operação que não segue os preceitos dos seguros privados. O representante da FenSeg indicou que não enxerga vantagem em se aplicar um modelo de livre concorrência para operação do seguro DPVAT, uma vez que não haveria diferenciação de produtos que justificasse a competição. Ratificou que para uma empresa lançar um produto, é necessário endereçar três questões: (i) qual o capital de risco que este novo produto exigirá; (ii) qual o risco de judicialização; (iii) e qual o risco de imagem para a empresa. Um seguro obrigatório, operado em modelo de livre concorrência, não atenderia aos critérios mínimos estabelecidos para essas três dimensões.
9. O analista da SUSEP/COGET esclareceu novamente que a primeira proposta da Susep era no sentido de que a parcela privada da operação, aberta à livre concorrência, estaria limitada às apólices contratadas. E ressaltou que o modelo atual, sendo considerado como uma operação de natureza privada dentro do âmbito dos seguros privados, causa distorções, uma vez que se espera da Susep ações em relação às quais não possui poderes de gestão e nem competência. E esclareceu que o objetivo da Susep é mostrar as possibilidades, sem necessariamente se limitar a modelos que requeiram poucas alterações legislativas. Se, após as possibilidades apresentadas, o CNSP definir um caminho e solicitar o aprofundamento nesse sentido, então as discussões seriam direcionadas nesse sentido. O representante da FenSeg observou que esse modelo se aproxima muito do modelo do DPEM, que não tem atraído interesse das seguradoras em ofertar o produto. O representante da Susep esclareceu que os modelos são diferentes, haja vista que no DPEM não há tarifa livre; e reforçou que as alterações propostas na norma do DPEM foram realizadas em linha com o que o próprio mercado havia solicitado.
10. O representante do Ministério da Fazenda indicou que, nessa fase, o importante é que as possibilidades sejam apresentadas e discutidas, podendo, inclusive, ser discutida a eventual extinção do seguro DPVAT e a abertura integral do seguro ao mercado. O analista da SUSEP/COPRA esclareceu que a Susep tinha partido inicialmente da premissa de que o caráter social teria que ser mantido. E afirmou que uma das possibilidades discutidas internamente era a extinção da parcela de caráter social do seguro DPVAT, que somente não foi incluída nas possibilidades iniciais em função

dessa premissa, e indicou que a área técnica iria reconsiderar essa possibilidade no relatório preliminar.

11. O representante da PF-Susep indicou que o momento atual é difícil para se tentar mudanças que requeiram alterações legislativas relevantes. No seu entendimento, faltam instrumentos de controle mais eficientes e bem definidos, e que o foco, neste momento, deveria ser na melhoria desses instrumentos. E destacou que parte das propostas apresentadas pela Seguradora Líder não atende às recomendações do TCU e nem aos objetivos da Susep.
12. O representante da Funenseg indicou que um modelo de concorrência dificulta o caráter universal do seguro DPVAT, mas que não pode ser descartado. Afirmou que o foco deve ser na melhoria do serviço ao consumidor final e que o corretor deve ser inserido na operação desde o início do processo, com a devida remuneração. Indicou que apoia os passos de aprimoramento trazidos pela Líder na proposta apresentada, mas confirmou que, no seu entendimento, a proposta do SOAT seria o melhor modelo a ser seguido.
13. O Diretor da SUSEP/DISOL indicou que vai consolidar as propostas e apontamentos gerados no âmbito da Comissão Especial e encaminhar ao CNSP. O representante da Seguradora Líder solicitou que se aguardasse o relatório final da empresa de consultoria contratada antes de qualquer definição; e o Diretor da SUSEP/DISOL informou que se reuniu com a empresa de consultoria. O Diretor da DISOL não estabeleceu data para a próxima reunião, pois deve, primeiramente, aguardar as discussões com o CNSP.